**EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**Ketlyn Giliane Schluter Tavares**

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

ketlyn.giliane@hotmail.com

**Suzete Antonieta Lizote**

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

lizote@univali

**Resumo**

Este estudo teve por objetivo analisar as associações entre o conhecimento sobre finanças pessoais e as características dos estudantes do curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária do Estado de Santa Catarina, cujo perfil profissiográfico os vincula ao uso adequado dos recursos econômicos e financeiros. Para tanto se usou uma adaptação do modelo de Halpern (2003), incluindo as dimensões educação financeira, gestão de crédito e gestão de ativos. A pesquisa, de natureza descritiva e abordagem quantitativa, na qual os dados foram obtidos através numa *survey* com questionário aplicado *in loco* aos alunos e foram processados pela análise fatorial, Anova e análise de correlações. Os resultados evidenciam que os maiores conhecimentos sobre educação financeira se associam aos alunos que trabalham se comparados com os que só estudam. A renda pessoal é a característica que influencia mais resultados. Os estudantes que têm maiores rendimentos gerenciam melhor os empréstimos e financiamentos, afrontam de uma maneira mais adequada suas dívidas e a gestão de ativos a realizam mais apropriadamente. As correlações analisadas confirmaram que existem relações positivas e significantes entre a educação financeira, gestão de ativos e a nota atribuída aos conhecimentos e relação negativa com o endividamento.

**Palavras-chave:** Finanças Pessoais. Educação Financeira. Contabilidade.

**Área Temática**: Demais Temas Relevantes em Contabilidade

**1 INTRODUÇÃO**

O tema das finanças pessoais e do endividamento vem assumindo cada vez mais importância. No Brasil, como consequência da estabilidade econômica iniciada a meados da década de 1990 com a implantação do Plano Real, houve necessidade de adaptação a essa nova realidade. Depois de se passar por períodos de alta inflação, onde o resguardo do poder de compra era apenas adotar um comportamento consumidor, chegou-se à estabilidade inflacionária obrigando a fazer mudanças na maneira de gerenciar o dinheiro.

O aquecimento econômico brasileiro unido a um aumento da oferta creditícia tem levado às pessoas com pouca “alfabetização financeira” (Financial Literacy) ao endividamento. Por sua vez, esses indivíduos endividados, sem dinheiro para honrar seus compromissos, começam a manifestar dificuldades no relacionamento pessoal, familiar e profissional (CERBASI, 2004), ocasionando, além dos problemas econômicos, certo grau de instabilidade social.

No cenário internacional a crise financeira e econômica que teve início em 2008 nos Estados Unidos, espalhando-se depois para o resto do mundo, teve como origem os empréstimos concedidos a uma camada específica da população para financiamento de imóveis. Os tomadores dos créditos eram cidadãos com baixa renda, baixo nível de instrução e mínima alfabetização financeira, sem ativos ou garantias para caução dos empréstimos (LUSARDI; TUFANO, 2009).

Embora o entendimento básico da alfabetização financeira relacione-se com a competência da pessoa no manejo do seu dinheiro, sua definição tem sido formulada de diversas formas no mundo acadêmico (Remund, 2010). Desde o início do século XX existiam pesquisas nos Estados Unidos em educação do consumidor (JELLEY, 1958), mas a complexidade na administração de assuntos financeiros nos últimos quarenta anos, segundo Greenspan (2003), fez com que a gestão das finanças pessoais se tornasse um tópico importante de investigar na atualidade.

Após a crise de 2008 o tema tem se tornado procedente e oportuno e continua a ser uma preocupação para economistas, profissionais do mercado financeiro, pesquisadores desta área e para os governos. Segundo Lusardi e Mitchell (2007) cada vez é mais importante para as famílias adquirir e gerenciar o *know-how* econômico. Mas, como apontam essas autoras, na prática existe um analfabetismo financeiro generalizado. Assim, muitas famílias não possuem conhecimento de conceitos econômicos básicos que lhes possibilitem tomar decisões sensatas de poupança e investimento.

No âmbito profissional, em particular os graduados em cursos universitários, possuem a formação técnica necessária, porém como tem sido comprovado em diversas pesquisas, dentre outras as de Danes e Hira (1987), Volpe, Chen e Pavlicko (1996), Chen e Volpe (1998), Avard *et al*. (2005), Volpe, Chen e Liu (2006), Robb e Sharpe (2009) e de Mandell (2008), os estudantes saem do ensino superior sem saber claramente como funcionam as finanças. Logo não entendem de aplicações financeiras, poupança, aposentadoria, previdência, investimento em ações, entre outros (LANA *et al*., 2011).

Diante desse contexto a presente pesquisa pretende analisar as associações entre o conhecimento sobre finanças pessoais e as características dos estudantes universitários do curso de Ciências Contábeis, cujo perfil profissiográfico os vincula concretamente com o uso adequado dos recursos econômicos e financeiros. Para tanto se utilizará o modelo de Halpern (2003), aplicado a dados provindos de uma survey realizada com alunos do segundo ao oitavo período do curso.

Espera-se que os resultados empíricos obtidos sejam relevantes e possam contribuir no estabelecimento de um diagnóstico da situação atual da alfabetização financeira no âmbito universitário, em particular considerando alunos que se supõe tenham maiores conhecimentos técnico-profissionais com a temática. Assim mesmo, acredita-se que a partir dos conhecimentos adquiridos possam ser planejadas ações institucionais que possam suprir as deficiências já apontadas nos trabalhos de Savoia, Saito e Santana (2007), Lana *et al*. (2011) e de Lizote, Simas e Lana (2012).

**2 MARCO TEÓRICO**

Nesta seção buscou-se definir o marco teórico que delimitou o estudo, partindo da evolução conceitual da educação financeira para, a seguir, descrever os principais referenciais do modelo de Halpern (2003).

2.1 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

Como é pontuado na tese de Kehiaian (2012), onde foi feito um breve histórico do tema, a educação financeira é um assunto que se vem trabalhando desde o início do século passado. Segundo esse autor o primeiro livro que discute sobre finanças pessoais foi escrito em 1905 por Ellen Richards. Entretanto, o conceito de alfabetização financeira é mais recente e tem sido definido de diversos modos.

Algumas das definições incluem o acesso ao conhecimento sobre o assunto e seu uso prático (MOORE, 2003). Sob essa ótica a alfabetização pressupõe a aplicação ativa do conhecimento e, na medida em que a pessoa é mais alfabetizada financeiramente, adquire maiores competências financeiras. Entretanto, conforme salientavam Marcolin e Abraham (2006), há necessidade de desenvolver pesquisas que relacionem a alfabetização com o comportamento financeiro propriamente dito. No entender das autoras, nem todos os aspectos da alfabetização financeira possuem significância no sentido de determinar um bom comportamento financeiro e assim se obter sucesso nas operações e sua sustentabilidade.

Na avaliação de Hung, Parker e Yoong (2009) as formas em que a alfabetização financeira foi definida incluem: i) uma forma específica de conhecimento; ii) uma habilidade de aplicar esse conhecimento; iii) um conhecimento percebido; iv) ter bom comportamento financeiro; e, v) ter experiência financeira. Contudo, como Huston (2010) assinala, o conceito tem sido usado como sinônimo de educação financeira e de conhecimento financeiro, e argumenta ainda que isto não cabe, pois são conceitualmente coisas diferentes.

Argumenta a autora que podem ser reconhecidas duas dimensões para a alfabetização financeira. Uma relativa ao conhecimento ou educação que chama de entendimento e outra relacionada à aplicação do entendimento na gestão das finanças pessoais. Ou seja, é vista como a medida de quanto um indivíduo consegue entender e usar informações relacionadas às finanças pessoais (Huston, 2010).

Segundo sugere Huston (2010) o constructo deve ser medido em quatro dimensões, quais sejam: i) o valor do dinheiro no tempo, poder de compra, as demonstrações financeiras; ii) os empréstimos, ao usar recursos futuros no presente através do uso de crédito rotativo e parcelamento empréstimos; iii) os investimentos ou a poupança de recursos presentes para uso no futuro por meio de contas de poupança, ações, títulos, fundos mútuos; e, iv) a proteção de ativos por meio de produtos de seguros ou outras atividades de gestão de risco.

Remund (2010) observa que vários pesquisadores têm utilizado a frase livremente para descrever o conhecimento, a confiança, a motivação, e as habilidades necessárias para gerir eficazmente o dinheiro. Como resultado, na literatura existente encontram-se diferentes definições conceituais, bem como diversas definições operacionais. Este autor tipifica as definições que encontrou em sua análise em cinco categorias: i) conhecimento de conceitos financeiros; ii) habilidade de comunicar-se utilizando estes conceitos; iii) aptidão em administrar suas finanças pessoais; iv) habilidade em tomar decisões financeiras apropriadas; e, v) confiança em planejar-se, de forma efetiva, para necessidades futuras.

No entanto, ter alfabetização financeira, isto é, possuir o conhecimento financeiro e a habilidade para aplicá-lo, não significa que se tenha um comportamento adequado com relação às finanças pessoais. Vários fatores e condições podem influenciar o comportamento financeiro e o bem-estar financeiro, como assinalado Huston (2010).

2.2 MODELO DE HALPERN (2003)

O modelo sugerido por Halpern (2003) trata as finanças pessoais por três aspectos principais: educação financeira, gestão de crédito e gestão de ativos, os que se abordam a seguir.

2.2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Educação envolve os indivíduos em um processo de ensinar e aprender e com isso se melhoram e aprofundam conhecimentos. No que tange a educação financeira, Jacob, Hudson e Bush (2000), explicam que o termo “educação” implica em conhecimentos de práticas, direitos, normas sociais e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento das tarefas financeiras. Já o termo “financeira” aplica-se a uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro nas nossas vidas diárias: desde o controle do cheque até o gerenciamento de um cartão de crédito; desde a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo; compra de um seguro ou um investimento, dentre outros.

Educação financeira é o modo pelo qual o indivíduo busca adquirir conhecimentos necessários para gerenciar coerentemente suas finanças e tomar boas decisões sobre elas. Ter capacidade de gerenciar de forma correta as receitas, tomando decisões essenciais quanto ao uso dos recursos disponíveis e visando os acontecimentos de hoje, mas não deixando de pensar no futuro. Para Halfeld (2001), a educação financeira é essencial aos consumidores para auxiliá-los a planejar e gerir sua renda, além de orientá-los a poupar e investir.

Sua importância, segundo Frankenberg (1999), pode ser analisada sob diversas perspectivas, entre as quais se destaca o bem estar pessoal e as consequências, que vão desde a desorganização das contas domésticas até a inclusão do nome em sistemas como o de Serviço de Proteção ao Crédito. Esta assertiva é complementada por Rocha (2009) ao argumentar que a administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves. Na mesma perspectiva, Assaf Neto (2005) discorre que as operações de mercado e as forças competitivas ficam comprometidas quando consumidores não possuem habilidades para administrar efetivamente suas finanças.

Desta forma, destaca-se o valor da educação financeira, que compreende a inteligência de ler e interpretar números. Isto é, utilizar informações para organizar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e um futuro equilibrado nas finanças pessoais. Quando essa educação é adquirida e aprimorada, os indivíduos planejam seu futuro para adicionarem ativos e possuírem um nível satisfatório de renda, além de saber preparar orçamentos ajustados com as suas capacidades financeiras.

2.2.2 GESTÃO DE CRÉDITO

A oferta do crédito no Brasil teve um grande crescimento nos últimos anos permitindo que muitos brasileiros realizem seus objetivos e sonhos com facilidade e também em tempo mais hábil. Por outro lado, conforme coloca Silva (2006), é necessário que todo este consumo acelerado seja controlado e planejado, de maneira que essas compras expressem um histórico positivo para o Brasil e não o aumento do endividamento.

Desta forma, na concepção de Securato (2002) é indispensável que seja efetivado o planejamento financeiro pessoal, pois, quando o individuo realiza investimentos em ativos ele pode identificar a melhor maneira de utilizar seus créditos, de forma que não assuma riscos maiores que sua capacidade financeira e, no caso de uma eventual crise, encontre uma forma de se manter diante do mercado.

O não planejamento da vida financeira leva aos gastos supérfluos e impede a oportunidade de obter uma poupança ou investimentos rentáveis para a vida pessoal, que traga garantias futuras. Cerbasi (2004) orienta que antes de aproveitar as oportunidades de créditos que o mercado proporciona aos consumidores, é essencial observar a relação custo-benefício com a compra que irá efetuar e se há possibilidades ainda de obter um produto compatível, mas com valores inferiores ou se realmente a compra será de utilidade.

O mercado financeiro tem fornecido oportunidade de compra aos consumidores com condições de pagamentos de formas exageradas, podendo com isso causar inadimplência. Sempre antes de efetuar uma compra a prazo, principalmente se as parcelas forem muitas, é primordial que seja elaborado um planejamento verificando a disponibilidade de dinheiro para a quitação de cada parcela de acordo com o mês de vencimento (HALFELD, 2006).

A função do crédito é muito importante para o crescimento do país, pois eleva o poder aquisitivo gerando mais produção e, consequentemente, mais empregos. Porém, seguindo as orientações de Securato (2002) os indivíduos devem estar bem cientes antes de contratar um crédito, para assim não comprometer o orçamento familiar com diversas dívidas e taxas de juros.

2.2.3 GESTÃO DE ATIVOS

Em um sentido restrito, investimento é a aplicação de recursos, em dinheiro ou títulos de crédito, que sejam capazes de trazer um retorno maior do que o aplicado inicialmente. Os rendimentos financeiros gerados pelo período em que os recursos se mantiveram aplicados compensam o tempo em que estes valores estiveram paralisados e impossibilitados de realizar outras transações (GITMAN, 2001).

Investimento também pode ser considerado a aplicação em bens, como a aquisição de veículos, terrenos ou imóveis, mas que tragam ao investidor expectativas de lucro sobre os recursos que foram gastos com eles. Este seria um sentido mais amplo sobre investimentos, buscar meios que aparentemente sejam rentáveis fazendo que o indivíduo aplique seus recursos para futuramente capturá-los com ganhos e assim realizar outros investimentos.

Para Frankenberg (1999), realizar investimentos que sejam rentáveis é uma tarefa difícil, principalmente se o investidor apresentar insegurança. Dependendo da situação, por exemplo, os recursos a serem aplicados podem ser elevados, deixando o indivíduo na incerteza de arriscar devido à representação do montante a ser investido. Por outro lado, não enfrentando esses riscos também poderá perder a possibilidade de destinar um recurso que lhe traga benefícios.

Assaf Neto (2005) salienta que uma importante tarefa a ser realizada para ocorrer com eficiência a aplicação de recursos é a gestão dos investimentos. Ou seja, a administração dos créditos de forma organizada e equilibrada, procurando tomar as decisões fundamentais quanto à escolha de um investimento e alcançar o sucesso financeiro pessoal.

Desta forma, para iniciar a gestão de qualquer investimento é necessário que os indivíduos organizem primeiramente suas finanças pessoais. O controle das dívidas e a realização de um planejamento coerente devem demonstrar a realidade de suas finanças e a situação dos seus recursos, aqueles já comprometidos com alguns gastos e os disponíveis para investir. Conforme orienta Alfest (2004), um passo importante a se realizar é a definição clara dos objetivos de investimentos, ou seja, decidir em que serão aplicados todos os recursos disponíveis.

Infere-se, assim, que sem tal definição poderá realizar investimentos desnecessários e prejudiciais à saúde financeira. Portanto, é necessário agir com racionalidade. Verificar o que busca com prioridade para sua vida pessoal e seguir exatamente o que foi orçado, mantendo-se atento a novas aquisições fora do orçamento, para não afastar seu foco.

Nesta linha de pensamento, Halfeld (2001) argumenta que o melhor investimento a se realizar é aquele que não implica na saúde financeira do investidor, trazendo mais tranquilidade para prosseguir com seus objetivos. Torna-se essencial descobrir o grau de tolerância ao risco, uma vez que quanto maior o risco, geralmente, poderá ser maior a rentabilidade do negócio. Segundo Assaf Neto (2005), aquilo que o investidor se sente seguro ao destinar seus recursos caracteriza a tolerância ao risco. E, no caso de uma eventual crise, não traga prejuízos significantes.

O sucesso financeiro evidencia Costa (2004), está no gerenciamento correto das finanças pessoais. Aquele que consegue organizar e planejar com eficiência a vida financeira também é capaz de realizar reservas significativas, obtendo segurança no momento de necessidade e sustentabilidade em longo prazo. Este mesmo indivíduo também tem a competência e toda a instrução necessária de procurar bons investimentos sem precisar endividar-se para conquistar aquilo que deseja. Neste sentido, o jovem que pensa no futuro e inicia desde cedo disciplinadamente a poupar parte de suas receitas recebidas terá a possibilidade de alcançar uma vida confortável no futuro, conquistar o equilíbrio financeiro e sucesso em seus investimentos.

**3 MATERIAL E MÉTODOS**

Diante dos critérios adotados, a abordagem do problema foi quantitativa. A avaliação quantitativa compreende organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). As características deste estudo, do ponto de vista dos seus objetivos o posiciona como descritivo. Para Vergara (1998) os objetivos da pesquisa descritiva se referem à obtenção de informações sobre um fenômeno ou sobre determinada população e à descrição de suas características. No que tange aos procedimentos técnicos, foi do tipo levantamento, que tem como objetivo contribuir para o conhecimento de uma área particular de interesse através da coleta de dados sobre indivíduos ou sobre o ambiente destes (TREZ; MATOS, 2006).

Os dados desta pesquisa *survey* (BABBIE, 2003) foram obtidos com 231 questionários de autopreenchimento aplicado *in loco* aos estudantes do curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária de Santa Catarina. O instrumento de coleta esteve organizado em dois blocos. O primeiro para recolher dados gerais do respondente, compreendendo o perfil individual e o perfil familiar.

No segundo bloco, formado por 22 asseverações a serem respondidas numa escala de concordância, se levantaram os dados relativos ao modelo de Halpern (2003). O bloco complementava-se com uma nota de autoavaliação que o aluno dava para seus conhecimentos sobre finanças pessoais. Este instrumento foi utilizado nas pesquisas de Lana *et al*. (2011) e Lizote *et al*. (2012).

Todos os instrumentos preenchidos foram organizados em uma planilha eletrônica Excel®, na qual se fez o pré-tratamento dos dados (Hair Jr. *et al*., 2009). Três respondentes foram excluídos da base de dados, pois o número de dados faltantes superava o máximo estabelecido de três. Depois desse primeiro procedimento, identificaram-se 36 dados faltantes, sendo que apenas um aluno deixou de responder três questões, oito deixaram de responder duas e dezessete só uma questão. Como a quantidade de células em branco é muito pequena com relação ao máximo admitido e como não se associaram a nenhum padrão, optou-se por preencher as células vazias com o valor da mediana da questão correspondente. Os *outliers* foram avaliados através da função gráfica *Box Plots* do software Statistica®, utilizando um coeficiente de 1,5 desvios. Foram detectados 65 *outliers*, representando aproximadamente o 1,3% dos dados levantados. Após verificar que eles estavam distribuídos entre os diversos respondentes e itens decidiu-se mantê-los na base. Também se verificou que não existiam erros de digitação.

Com a finalidade de avaliar a normalidade da distribuição das variáveis, ao considerar que os dados provinham de uma escala Likert, efetuaram-se os cálculos da assimetria e curtose (Hair Jr. *et al.*, 2009). Finney e DiStefano (2006) afirmam que dados com coeficientes de até 2 de assimetria e até 7 de curtose, em módulo, podem ser considerados quase normais. Confirmou-se que nenhum valor ultrapassou tais limites e, como resultado dos procedimentos descritos, a base final ficou composta por 228 questionários e 33 variáveis, repartidas em 10 do primeiro bloco, 22 do segundo e uma última em que o aluno se atribuía uma nota de 0 a 10 a seus conhecimentos e gestão das suas finanças pessoais.

Os métodos estatísticos empregados foram análise fatorial exploratória (AFE), Análise de variância (ANOVA) e análise de correlações. Para todos eles foram avaliados os pressupostos de seu uso (HAIR Jr. *et al*., 2009). Antes de realizar as análises fatoriais foi calculado o coeficiente alfa de Cronbach para cada dimensão ou componente do constructo considerado e a correlação do item com a total, conforme o procedimento sugerido por Churchill Jr. (1979). Posteriormente utilizaram-se o teste de Kaiser, Olkin e Meyer e o de Bartlett para confirmar a factibilidade de empregar a análise fatorial.

Na AFE usou-se a extração por componentes principais, que não requer multinormalidade, sendo os fatores extraídos segundo o critério de Kaiser a partir de matrizes de correlações. Outras restrições empregadas foram que as cargas fatoriais fossem maiores ou iguais do que 0,60 em módulo e a comunalidade maior ou igual que 0,4. A variância extraída pelo fator no caso de unidimensionalidade devia ser maior ou igual que 40%. Na AFC se usou como critério um coeficiente entre os indicadores e a dimensão ou constructo considerado maior ou igual que 0,5. A partir dos fatores formados com os indicadores que cumpriram os mínimos estipulados para serem retidos se geraram os escores fatoriais para os respondentes, os que foram usados em processamentos ulteriores. As ANOVAs realizadas foram sempre univariadas e, assim muito robustas frente às violações de normalidade e homocedasticidade (HARRIS, 1975).

**4 RESULTADOS**

Através da análise descritiva apresenta-se o perfil dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis que responderam o instrumento de pesquisa durante a realização das disciplinas intensivas ministradas no mês de fevereiro de 2014. Dos 228 casos considerados válidos, 43 alunos possuem 19 anos ou menos; 155 entre 20 e 29; 25 entre 30 e 39; e, apenas 5 possuem mais de 40 anos. Com relação à renda pessoal, 11,40% recebem até R$ 1.000,00; 75,88% entre R$ 1.000,00 e R$ 3.500,00; 6,58% acima desse valor; e, 6,14% não responderam. Com relação à formação, 152 dos entrevistados cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas, 52 em escolas privadas, 10 tiveram formação mista e 14 não responderam este item.

A grande maioria dos alunos, 94% dos entrevistados, trabalha. Sendo apenas 14 estudantes que se dedicam exclusivamente ao ensino superior e 3 os que deixaram a questão sem preencher. As mulheres que responderam foram 148, representando 64,91% do total. Quanto aos períodos do curso em que os alunos estão matriculados tem-se que do 2º houve 5; do 3º 42; do 4º 24; do 5º 49; do 6º 19; do 7º 54; e, do 8º 35 participantes. Os alunos que ainda moram com os pais são a maioria, chegando a 148, já os que vivem com seus cônjuges são 43, o que moram sozinhos 29, com familiares ou amigos 7 e apenas um deixou o item em branco. Por fim, com relação à formação familiar, 46,9% dos pais e 52,6% das mães não concluíram o Ensino Médio e 14,5% dos pais e 13,5% das mães já tinham concluído a graduação. Quando perguntados sobre a nota média que dariam para seu conhecimento e gestão das suas finanças pessoais, 33 alunos deixaram em branco essa questão, mas a média entre os 195 que responderam foi de 7,21 com mediana e moda em 8,00 e desvio padrão de 1,72.

Na sequência, para relacionar estas dimensões com as características dos alunos foi efetuada uma análise fatorial exploratória (AFE) com a finalidade de definir os itens que melhor refletem cada uma delas. Inicialmente, para cada dimensão, confirmou-se a possibilidade de realizar a análise fatorial segundo a proposição de Churchill Jr. (1979). Os valores dos alfas de Cronbach calculados foram: 0,774 para educação financeira; 0,578 para gestão de crédito; e, 0,693 para gestão de ativos. Por sua vez, as correlações item-total foram todas superiores a 0,3 para educação financeira e gestão de ativos enquanto para gestão de crédito dos 8 indicadores só 3 superavam esse valor, indicando que a dimensão não seria representada por um único fator. Os testes de Kaiser, Meyer e Olkin (KMO) e de esfericidade de Bartlett demostraram que as três dimensões podem ser analisadas. Os valores do KMO foram 0,776, 0,577 e 0,698 para educação financeira, gestão de crédito e gestão de ativos respectivamente, sempre maiores do que 0,5 o valor mínimo sugerido por Hair Jr. *et al*. (2009). As significâncias dos testes de esfericidade tiveram nos três casos valores de p menor do que 0,001.

Face esses resultados procedeu-se a realizar a AFE, tomando como limite os valores mínimos estabelecidos nos procedimentos metodológicos. Os resultados expõem-se na Tabela 2, onde se pode observar que a gestão de crédito, depois de efetuada a rotação varimax, apresenta três subdivisões bem definidas. A primeira relacionada com os empréstimos e financiamentos; a segunda com as dívidas contraídas; e, a última com a forma de afrontar os pagamentos devidos.

Tabela 1 - Cargas fatoriais para as questões dos constructos: a) educação financeira; b) gestão de crédito; e, c) gestão de ativos. Os \* representam cargas fatoriais menores do que 0,30.

****

Obtidos esses resultados foram gerados os escores fatoriais relativos a cada fator extraído. Desta maneira cada aluno possui um valor padronizado para as três dimensões das finanças pessoais, as que se utilizaram para realizar as Anovas monofatoriais empregando como preditores categóricos as características sociodemográficas levantadas.

Para a dimensão educação financeira apenas o fato do aluno trabalhar mostrou diferenças no contraste. Aqueles que somente estudam tem uma média significativamente menor. Já para a dimensão gestão de crédito a subdivisão referente a empréstimos e financiamentos, expressa pelo fator 1, mostrou diferenças na comparação simultânea para diversas características dos alunos. Assim, para idade a comparação a *posteriori*, feita com o teste de Tukey para número desigual de observações, indica que os da faixa etária de 20 a 29 anos apresentam uma média estatisticamente maior que os alunos de até 19 anos. Para o período, usando o mesmo teste nas comparações pareadas, se verifica que os alunos do oitavo período se diferenciam por ter uma média maior que os que cursam o terceiro período.

Quando foi usado como preditor com quem o estudante mora também se constatou diferenças na comparação simultânea, acontecendo isto com os escores fatoriais derivados do primeiro e do segundo fator, que reflete as dívidas contraídas. Estes resultados são exibidos na Figura 1, onde se pode observar que os estudantes que moram com seu cônjuge contraem mais financiamentos e empréstimos do que aqueles que ainda moram com os pais. O teste pareado confirma esse fato mostrando que a média para os primeiros é significativamente maior que a calculada para os alunos que vivem com seus pais. Por outra parte, os que moram sozinhos se diferenciam para o segundo fator daqueles que moram com seus pais. Isto é, contraem mais dívidas.

A Figura 2 mostra as comparações simultâneas dos escores fatoriais para a renda pessoal. Ai se constata que os que possuem maior renda se diferenciam dos outros dois grupos por tomar mais empréstimos e financiamentos (Fig. 2a) e do grupo intermediário pela forma de afrontar os pagamentos devidos (Fig. 2b). Em ambos os casos os que possuem maior renda também tem médias estatisticamente maiores. Para a gestão de créditos, ainda em relação ao fator 2 que expressa as dívidas contraídas, a renda familiar como preditor mostra que os que se situam na faixa de 1001 até 3500 reais tem média maior do que os que possuem renda entre 3501 e 5000 reais. Isto indica que aquela faixa menor é a que contrai mais dívidas. Finalmente, para esta dimensão o terceiro fator além de mostrar diferenças para a renda pessoal também as exibe com a idade do aluno e o período como preditores.



Figura 1 - Comparação simultânea nas Anovas para a moradia mensurada pelos escores fatoriais derivados do primeiro (a) e do segundo (b) fator do constructo gestão de crédito.



Figura 2 - Comparação simultânea nas Anovas para a renda pessoal mensurada pelos escores fatoriais derivados do primeiro (a) e do terceiro (b) fator do constructo gestão de crédito.

No primeiro caso, os que estão na faixa etária de 20 a 29 anos são os que possuem uma média significativamente maior que os menores de 20 anos. Quanto ao período os alunos que estão no quarto e no sétimo período têm médias maiores que a dos alunos que cursam o terceiro período.

Na dimensão gestão de ativos ocorrem diferenças nas comparações simultâneas quando os preditores categóricos são a renda pessoal e a formação dos alunos no ensino médio. Ambos os resultados exibem-se na Figura 3.



 Figura 3 - Comparação simultânea nas Anovas para a renda pessoal (a) e para a formação no ensino médio (b) mensurada pelos escores fatoriais derivados do fator do constructo gestão de ativos.

Nela pode-se observar que os estudantes que possuem uma renda maior que 3.500,00 reais são os que gerenciam melhor seus ativos, diferenciando-se significativamente daqueles que tem rendas maiores ao fazer o teste pareado. De outra parte, os que cursaram o ensino médio em escolas públicas e privadas se diferenciam com significância dos que só frequentaram um tipo de estabelecimento de ensino.

Por último se utilizou como preditor a nota que os alunos se atribuíram a seus conhecimentos e gestão das suas finanças pessoais. Para tanto houve que categorizar as notas, usando uma faixa, desde 1 a 6, e os valores inteiros seguintes (7, 8, 9 e 10). Nas Anovas realizadas para as três dimensões só ocorreram diferenças significativas nas comparações simultâneas dos escores fatoriais da educação financeira e da gestão dos ativos. Em ambos os casos as médias vão aumentando desde os primeiros períodos aos últimos, indicando que os seus conhecimentos e a maneira de gerir suas finanças melhoram na medida em que avançam nos estudos. Como última análise se procedeu a calcular as correlações entre os escores fatoriais gerados na AFE. Somou-se a isto a nota que os alunos se atribuíram a seus conhecimentos e gestão de suas finanças pessoais. Os resultados se exibem na Tabela 2.

Tabela 2 - Correlações entre os escores fatoriais dos constructos e a nota.

N representa o número de pares considerados no cálculo da correlação.



Na tabela se constata que a educação financeira se correlaciona positiva e significativamente com gestão de ativos e a nota atribuída. Do mesmo modo a gestão de ativos o faz com a nota.

Por sua vez, para a dimensão gestão de crédito apenas a subdivisão derivada do fator 2, que se relaciona com contrair dívidas, tem correlação significativa com a educação financeira, a gestão de ativos e a nota, entretanto com sinal negativo. Ou seja, a medida que aumentam os conhecimentos diminuem as dívidas assumidas.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No estudo desenvolvido buscou-se analisar o nível de conhecimentos que possuem os estudantes do curso de Ciências Contábeis sobre finanças pessoais. Escolheu-se esse curso em função do seu perfil profissiográfico, considerando a maior familiaridade que os alunos do mesmo devem ter com as finanças. Para realizar a pesquisa fez-se uma survey com os estudantes que participavam nas disciplinas intensivas ministradas no mês de fevereiro de 2014, obtendo-se 228 questionários válidos que recolhiam dados a partir de uma adaptação do modelo de Halpern (2003), conforme Lana *et al.* (2011), incluindo as dimensões: educação financeira; gestão de crédito; e, gestão de ativos.

O uso da análise fatorial exploratória possibilitou verificar que a educação financeira e a gestão de ativos comportaram-se de modo unidimensional, pois a maioria dos itens que refletiam tais dimensões correlacionou-se com um único fator. Já para a gestão de créditos foram reconhecidas três subdivisões, que representavam os empréstimos e financiamentos; a geração de dívidas; e, a maneira de afrontar os endividamentos. Reconhecida tal configuração foram gerados os escores fatoriais, os que representaram de modo padronizado e adequado às dimensões do constructo finanças pessoais. Esses registros foram as variáveis dependentes nas análises de variância realizadas e utilizaram-se para a análise das correlações entre si e com a nota de autoavaliação que os respondentes deram aos seus conhecimentos sobre o tema.

Os resultados obtidos para a dimensão educação financeira usando as características dos alunos só mostraram diferenças para os estudantes que trabalham, os quais mostraram possuir maiores conhecimentos. Por outra parte, as notas médias de autoavaliação usadas como preditores desta dimensão indicam que os alunos aumentam seus conhecimentos a medida que avançam nos seus estudos. Assim os que estão matriculados nos últimos períodos se diferenciam daqueles que estão nos iniciais. Este resultado assemelha-se ao encontrado por Lana *et al.* (2011) para o interesse por estudos em finanças pessoais, uma das duas subdivisões que apresentou a dimensão educação financeira naquele estudo.

Para as dimensões gestão de crédito e gestão de ativos uma característica que foi influente é a renda pessoal do aluno. De maneira geral aqueles que possuem maiores rendas têm maiores empréstimos e financiamentos, afrontam de modo adequado suas dívidas e gerenciam melhor seus ativos. Isto é bastante relevante ao considerar que 94% dos estudantes que participaram da pesquisa trabalham. No estudo de Lizote *et al*. (2012), também realizado com alunos de Ciências Contábeis, os respondentes que trabalhavam diferenciavam-se dos que somente estudavam por se atribuírem maiores notas a seus conhecimentos sobre finanças pessoais.

Quanto às correlações analisadas no estudo confirmam-se as relações positivas e significantes entre a educação financeira, gestão de ativos e a nota de autoavaliação e também, mas como uma relação negativa, com o endividamento, expresso pelo fator 2 da dimensão gestão de crédito. Tais resultados corroboram com as teorias financeiras e com as evidências empíricas encontradas por Lana *et al*. (2011) e diferenciam-se dos achados de Lizote *et al*. (2012), que não registraram relação entre a percepção dos entrevistados sobre suas finanças pessoais e a gestão de crédito.

Finalmente é importante assinalar que nesta pesquisa não se procurou encontrar relações causais, mas apenas analisar as associações que se verificam entre algumas características pessoais e familiares dos alunos participantes do estudo e seus conhecimentos sobre finanças pessoais. Por tanto, se sugere que novos trabalhos sejam desenvolvidos incluindo outros modelos propostos para a investigação desta temática, em especial os que aprofundem as relações causais. Também cabe sugerir que sejam contemplados outros cursos de graduação.

**REFERÊNCIAS**

ALFEST, L. Personal Financial Planning: origins, development and a plan for future direction. **American Economist**. v. 48, n. 2, p. 53, 2004.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

AVARD, S.; MANTON, E.; ENGLISH, D.; WALKER, J. The Financial Knowledge of College Freshmen. **College Student Journal***,* v. 39, n. 2, p. 321-338, 2005.

AZZI, R. G.; POLYDORO, S. Autoeficácia proposta por Albert Bandura. In: AZZI, R. G.; POLYDORO, S. (Org.). **Autoeficácia em diferentes contextos***.* Campinas: Alínea, 2006.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey.** Belo Horizonte: UFMg, 2003.

CERBASI, G. P. **Casais inteligentes enriquecem juntos.** São Paulo: Gente, 2004.

CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

COSTA, M. C. **Finanças pessoais***:* um estado de arte. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP. São Paulo, 2004.

DANES, S. M.; HIRA, T. K. Money management knowledge of college students. **Journal of Student Financial,** v. 17, n. 1, p. 4-16, 1987.

FINNEY, S. J.; DiSTEFANO, C. Non-normal and categorical data in structural equation modeling. *In*: HANCOK, G. R.; MUELEER, R. O. **Structural equation modeling:** a second course. Charlotte, NC: Information Age Publ., 2006.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GREENSPAN, A. The importance of financial and economic education and literacy. **Social Education,** v. 67, p. 70-72, 2003.

HAIR Jr., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM R. L. **Análise multivariada de dados.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALFED, M. **Investimentos:** como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.

HALPERN, M. **Gestão de investimentos**. São Paulo: Saint Paul Institute of Finance, 2003.

HARRIS, R. J. **A primer of multivariate statistics**. New York: Academic Press, 1975.

HUNG, A. A.; PARKER, A. M.; YOONG, J. **Defining and measuring financial literacy.** RAND Labor and Population, working paper WR-708, 2009.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

JACOB, K.; HUDSON, S.; BUSH, M. Tools for survival: an analysis of financial literacy programs for lower-income families. Chicago*:* **Woodstok Institute**, 2000.

JELLEY, H. **A measurement and interpretation of money management understandings of twelfth-grade students***.* Doctoral dissertation, University of Cincinnati, 1958.

LANA; J.; LIZOTE, S. A.; ROCHA, A.; BRAND, A.; VERDINELLI, M. A. Um estudo sobre a relação entre o perfil individual e as finanças pessoais dos alunos de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina**. In**: Anais do XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2011.

LIZOTE, S. A.; SIMAS, J.; LANA, J. Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. **In**: Anais do IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for financial education programs. **CFS Working Paper**, n. p. 15-28, 2007.

USARDI, A.; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and over indebtedness. **NBER Working Paper**, n. p. 44-48, 2009.

MANDELL, L. **The financial literacy of young American adults**: results of the 2008 national jumpstart coalition survey of high school seniors and college students. 2014. Disponível em: <http://www.jumpstart.org/assets/files/2008SurveyBook.pdf>. Acesso em 05 fev. 2015.

MARCOLIN, S.; ABRAHAM, A. Financial literacy research: current literature and future opportunities, *In*: BASU, P.; O'NEILL, G.; TRAVAGLIONE, A. (Eds.), **Proceedings of the 3rd International Conference on Contemporary Business,** Leura NSW, 2006.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MOORE, D. Survey of financial literacy in Washington State: knowledge, behavior, attitudes and experiences.**Technical Report,** n. 03-39, Pullman, WA: Washington State University, 2003.

REMUND, D. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2,p. 276-295, 2010.

ROBB, C. A.; SHARPE, D. L. Effect of personal financial knowledge on college students’ credit card behavior. ***Journal of Financial Counseling and Planning***, v. 20, n. 1, p. 25-40, 2009.

ROCHA, J. ***Devo, não nego*:** tudo o que você deve saber para sair da dívida e tem vergonha de perguntar. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública,** v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SECURATO, J. R. **Análise e avaliação de risco:** pessoas físicas e jurídicas. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

SILVA, J. P. da. **Gestão e análise de risco de crédito.** 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

TREZ, G.; MATOS, C. A. DE. A influência da ordem das questões nos resultados de pesquisas *surveys****.*** *In*: XXX Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração, Salvador: **Anais.*..*** ENANPAD, 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas,1998

VOLPE, R. P.; CHEN, H.; PAVLICKO, J. J. Personal investment literacy among college students: a survey. **Financial Practice and Education**, v. 6, n. 2, p. 86-94, 1996.

VOLPE, R.; CHEN, H.; LIU, S. An analysis of the importance of personal finance topics and the level of knowledge possessed by working adults. **Financial Services Review**, v. 15, p. 81-98, 2006.

XU, L.; ZIA, B. Financial Literacy around the world: an overview of the evidence with practical suggestions for the way forward. **World Bank, Policy Research Working Paper**, p. 56, 2012.